



## Destino social das mulheres e o lugar das mulheres solteiras\*

The social destination of women and the place of single women

Simone Maria de Sousa Silva\*\*

**Resumo:** A emergência de um movimento feminista organizado e as reflexões teóricas que brotaram dele provocaram discussões e transformações na compreensão do papel das mulheres na família, na maternidade, na relação entre o público e o privado, além da discussão e incorporação do conceito de gênero como categoria de análise. Esse artigo pretende trazer uma reflexão sobre a importante contribuição do movimento feminista para as novas conquistas e os modos de ser mulher na sociedade atual, questionando a idealização da imagem da esposa virtuosa, boa mãe e filha dedicada como modelo a ser seguido por todas as mulheres. Evidencia também o papel da educação como instrumento de rompimentos e fator determinante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade. Ademais, procura rememorar na história os preconceitos e a discriminação enfrentados pelas mulheres solteiras, procurando evidenciar os estigmas sociais que ainda pesam sobre as mulheres solteiras, refletindo sobre como é possível pensar em outras possibilidades para além das normas estabelecidas e perguntando quais lugares ocupam essas mulheres que não casaram e nem projetam filhos e filhas.

**Palavras-chave:** Mulheres solteiras. Solterice. Casamento. Maternidade.

**Abstract:** The emergence of an organized feminist movement and the theoretical reflections that emerged from it provoked discussions and transformations in the understanding of the role of women in the family, in maternity, in the relationship between the public and private, as well as the discussion and incorporation of the concept of gender as an analytical category. This article intends to bring a reflection on the important contribution of the feminist movement to the new achievements and ways of being a woman in today's society, questioning the idealization of the image of the virtuous wife, good mother and dedicated daughter as a model to be followed by all women. It makes explicit, also, the role of education as an instrument of disruption and determining fact for the achievement of women's rights in society. In addition, it seeks to recall in history the prejudices and discrimination that single women suffered, seeking to bring to the fore the social stigmas that weigh on single women, reflecting on how one can think of possibilities beyond the established rules and asking which places occupy these women who did not marry or project sons and daughters.

**Keywords:** Single women. Singlehood. Marriage. Maternity.

\* O presente artigo é parte do trabalho final do Mestrado Profissional em Teologia na linha de pesquisa Gênero, Feminismos e Diversidade, intitulado "Trinte!!!! Não Casei. E Daí??? Uma análise dos fatores que influenciam mulheres a priorizar a carreira profissional postergando a ideia de casamento e maternidade", orientado pelo professor Dr. André S. Muszkopf.

\*\* Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Internacional do Delta; Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí; Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí. Especialização *lato sensu* em Docência do Ensino Superior e Políticas Públicas e Gestão Pública; cursou Mestrado Profissional em Teologia na linha de pesquisa Gênero, Feminismos e Diversidade nas Faculdades EST. Contato: simone\_mss@hotmail.com



## Introdução

Nos últimos séculos, o lugar das mulheres na sociedade vem passando por transformações. Algumas destas mudanças estão sendo possíveis após a inserção das mulheres na educação, de sua entrada no mercado de trabalho, da ampliação das possibilidades de escolhas, sejam elas amorosas, profissionais ou mesmo em relação ao seu lugar na família e suas opções em torno da maternidade. Todas essas modificações só foram possíveis após conquistas de direitos através do movimento feminista, sejam eles sociais, econômicos ou políticos.

Estas conquistas se apoiam na luta pelo reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e que essa opressão não está inscrita na natureza, colocando a possibilidade política de sua transformação. Contudo, as estruturas estabelecidas socialmente em torno dos papéis de ser mulher e ser homem, e as relações estabelecidas entre eles, vão sofrendo fissuras e, conseqüentemente, o rompimento desses padrões. Mas, ainda, a imposição social do casamento e da maternidade recai sobre as mulheres como se estas fossem normas a serem cumpridas para se ter um lugar social valorizado, como também para a realização completa do ser mulher.

Este estudo busca traçar uma linha histórica sobre o destino social das mulheres e o lugar das mulheres solteiras, trazendo primeiramente reflexões sobre o movimento feminista e suas contribuições para conquistas de novos modos de ser mulher na sociedade atual, e o importante papel da educação como instrumento de rompimentos e fator determinante para a conquista de direitos das mulheres na sociedade. Em seguida, é apresentada uma discussão em torno da construção de normas sociais para a restrição das mulheres aos papéis de esposa, mãe e dona de casa e os estigmas e pressões sociais que recaem sobre mulheres que permanecem solteiras.

### **O movimento feminista e as conquistas de novos modos de ser mulher**

A legitimação das mulheres como sujeitos sociais foi conseguida sobretudo pelo compromisso delas com uma luta organizada em busca de seus direitos e pela definição de seu espaço na sociedade. Essas organizações enriqueceram as práticas associativas de mulheres e permitiram-lhes tratar dos problemas e das demandas derivadas da condição de gênero. Apesar dos avanços consideráveis que o movimento feminista trouxe para a vida das mulheres, muitas ainda não são donas de suas próprias vontades, protagonistas principais de suas próprias vidas, mas, sim, peças desconexas de um imenso quebra-cabeças. Estas peças só irão se encaixar se seguirem corretamente as normas, condutas, valores e padrões estabelecidos em uma sociedade que privilegia a figura do homem.

Sem dúvida, o movimento feminista ajudou a alterar as perspectivas de dominação em diversas áreas por meio das campanhas pelos direitos civis, como direito à propriedade, ao voto,



aos direitos reprodutivos, trabalhistas. Além disso, questionou o confinamento das mulheres ao lar, na tentativa constante em romper com o estigma de que a preocupação prioritária das mulheres deveria ser a doméstica, “encarnando a imagem de esposa e mãe”.<sup>1</sup>

Nesse contexto, Saffioti diz que

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz.<sup>2</sup>

O feminismo tem se organizado principalmente em torno da luta contra o patriarcado,<sup>3</sup> pelo direito ao voto, por melhores salários e melhores condições de trabalho. Essas questões foram importantes para o movimento feminista desde o século 19 e fim do século 20 no Reino Unido, nos Estados Unidos e na França. As reivindicações e lutas consistiam na promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade. Também defendia o fim dos casamentos arranjados e do pátrio poder. No entanto, no fim do século 19, o ativismo passou a objetivar principalmente a conquista de poder político, especialmente do direito ao sufrágio por parte das mulheres.<sup>4</sup>

Entre as principais discussões realizadas pelo movimento feminista em suas diferentes correntes, houve buscas por explicações distintas sobre a origem do sexismo e sugestões de superação da opressão e luta contra o patriarcado. As correntes feministas liberais tinham como foco a “mulher” (burguesa) e se ativeram às conquistas de direitos de participação das mulheres na sociedade e igualdade social, influenciando as políticas de ações afirmativas. Já o feminismo radical questionava o sistema patriarcal e suas manifestações nas relações sociais. Influenciou movimentos de contestação social e estava voltado à conscientização das mulheres com o objetivo de romper com a história de submissão. A vertente do feminismo marxista ou socialista trouxe um debate sobre as questões de classe e opressão da mulher, contribuindo para a identificação de diferentes realidades para diferentes mulheres.<sup>5</sup>

No final da década de 1940, Simone de Beauvoir, na obra *O segundo sexo*, abordou questões ligadas à independência das mulheres e seu papel na sociedade. Segundo Teresa Joaquim, essa obra questionou o casamento como instituição, a maternidade como destino

<sup>1</sup> EGGERT, Edla. domÉSTICO: espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. STROHER, Marga J. DEIFELT, Wanda. MUSSKOPF, André S. (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 225-241.

<sup>2</sup> SAFFIOTI, Helelieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 9.

<sup>3</sup> Segundo Saffioti (1987, p. 16), “Sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, mas não se constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira”.

<sup>4</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros passos; 20).

<sup>5</sup> HOFMANN, Heidi. *A bioética na discussão feminista internacional*. Tradução Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2008.



obrigatório, atacando a opressão das mulheres, mostrando as imagens que se construíram em torno delas ao longo dos séculos como o símbolo de beleza, de pureza, de perfeição, do bem, da virtude, do amor maternal, da “natureza” acolhedora e benévola. Todas essas questões, segundo ela, não passam de construções sociais.<sup>6</sup> Segundo Lucila Scavone,

Questionando a função da maternidade no contexto do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes, as teses deste livro sobre liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto, podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista para a fase do feminismo ‘centrado na mulher sujeito’. [...] A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino.<sup>7</sup>

A crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro. O lugar das mulheres na reprodução biológica (gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças) determinava a ausência delas no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. Nesse contexto, Priore diz:

A comunhão entre o desejo institucional de domesticar a mulher no papel da mãe e o uso que as populações femininas fizeram desse projeto foram tão bem-sucedidos, que o estereótipo da santa-mãezinha provedora, piedosa, dedicada e assexuada se construiu no imaginário brasileiro no período colonial e não mais o abandonou.<sup>8</sup>

A partir da década de 1960, o movimento feminista se consolidou como um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que buscou romper os padrões tradicionais. O movimento ganhou força, sendo endossado por mulheres que intensificaram suas lutas no combate à opressão e às desigualdades, a favor de sua emancipação econômica e social e pelo direito ao trabalho, encorajando as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder. Dessa forma, avançaram em termos de uma igualdade política e social em relação aos homens.<sup>9</sup>

As discussões sobre as conquistas e as lutas das mulheres, sobretudo na segunda metade do século 20, estão associadas à construção do conceito de gênero. A articulação desse conceito significou pensar a questão da mulher para além da divisão dos papéis entre os sexos. Antes, é preciso perceber as relações em que se estabelecem e que as determinam. Dessa forma, o conceito de gênero foi elaborado e definido como a construção social das identidades sexuais e como objeto dos estudos feministas. O conceito de gênero promoveu avanços nos estudos feministas ao

<sup>6</sup> JOAQUIM, Teresa. Criação de Humanos e/ou de conceitos: a questão da maternidade n'O Segundo Sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 12, 1999.

<sup>7</sup> SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 16, 2001.

<sup>8</sup> DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: UNESP, 2009, p. 16.

<sup>9</sup> ALVES; PITANGUY, 1995.



questionar tendências universais em relação ao masculino e feminino com as especificidades históricas e culturais.

Em seu clássico artigo, Scott afirmou que a categoria de gênero é útil para a história. Não especificamente para a história das mulheres, mas também para a dos homens, nas relações entre homens e mulheres. Para ela, a principal contribuição do conceito de gênero foi fazer frente ao determinismo biológico, do que é próprio do homem e da mulher, e pensar que não devem ser vistos e entendidos separadamente. Segundo a autora, “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”<sup>10</sup>

Como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, gênero é uma construção social e histórica que define a masculinidade e a feminilidade e os padrões de comportamento aceitáveis ou não, tanto para homens quanto para mulheres.<sup>11</sup> Dessa forma, gênero serve para determinar tudo que é social, cultural e historicamente definido. É mutável, pois está em constante processo de ressignificação devido às interações concretas entre indivíduos identificados com o sexo feminino e o masculino.<sup>12</sup>

É inegável o impacto do feminismo em diversas áreas da vida social. O efeito é perceptível não apenas nas vidas das mulheres, em diversas partes do mundo, mas também na produção do conhecimento, incluindo as ciências sociais. Este impacto, difícil de ser dimensionado, está relacionado com a disseminação desse ideário com características específicas em diversos contextos.

É importante destacar que, com o feminismo, casamento, reprodução e maternidade abriram-se para a esfera pública e a família a uma análise política, desafiando concepções tradicionais. Desde o início, as feministas pensaram a família como uma construção ideológica e o papel de esposa e mãe como socialmente construídos.

Historicamente, as mulheres foram vistas de maneira estereotipada como figuras passivas e indefesas. Essa visão está associada direta ou indiretamente à vontade de direcionar as mulheres à esfera da submissão, do conformismo e do silêncio. E não é tarefa simples transformar esses valores há séculos enraizados no imaginário cultural de uma sociedade. Foi preciso a reação das

---

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. Nova York, Clumbia University Press. 1989, p. 21.

<sup>11</sup> SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 3, 1994.

<sup>12</sup> MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998.



mulheres para que, através dos movimentos feministas, se impusessem a favor do seu crescimento e inserção no espaço público, na educação e no mercado de trabalho.<sup>13</sup>

### **Educação e autonomia das mulheres como instrumentos desafiadores da ordem patriarcal**

Simone de Beauvoir considerava os termos autonomia e independência praticamente como sinônimos. A autora vinculava a ideia de independência à existência de uma profissão e uma renda, afirmando que todas as conquistas das mulheres – o voto e outras liberdades cívicas – permanecem abstratas se não são acompanhadas de uma autonomia econômica. Afirma a autora: “foi pelo trabalho que a mulher cobriu, em grande parte, a distância que a separava do homem, só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”<sup>14</sup> Ela também reafirma a importância do trabalho como condição que torna a mulher sujeito:

Produtora, ativa, ela reconquista sua transcendência; em seus projetos afirma-se concretamente como sujeito; pela sua relação com o fim que visa, com o dinheiro e os direitos de que se apropria, põe à prova sua responsabilidade. Muitas mulheres têm consciência de tais vantagens, mesmo entre as que exercem os mais modestos ofícios.<sup>15</sup>

Apesar das conquistas que o feminismo garantiu às mulheres, estas ainda encontram muitas dificuldades de se realizar enquanto sujeito autônomo. Isso porque os costumes se apresentam como um empecilho para o seu crescimento pessoal e profissional, na medida em que suas tarefas “naturais” se somam às atividades escolares e/ou ao trabalho externo. Ou seja, a condição para as mulheres saírem do ambiente caseiro ainda está vinculada à sua condição de ser mãe, esposa, dona de casa e dispor de tempo para desempenhar as atribuições da esfera pública. As restrições colocadas às mulheres servem de suporte para reforçar o sistema patriarcal e mantê-las na esfera privada da sociedade.

Sair das amarras de um sistema patriarcal, machista e sexista, que restringe as mulheres aos papéis da maternidade e do casamento, que são elementos constitutivos e definidores do ser mulher, ainda é um desafio constante. As mulheres que optam ou postergam esse “destino”, as mulheres solteiras, continuam sendo consideradas mulheres sem projeção e prestígio social, já que para ser uma mulher verdadeiramente elas devem seguir o seu destino social.

Num contexto de invisibilidade na história, durante o século 18, mulheres denunciaram a falsa ideia de que determinados papéis eram “naturalmente” destinados ao “belo sexo”. Entre elas,

<sup>13</sup> ALVES; PITANGUY, 1995.

<sup>14</sup> BEAUVOIR, de Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 503. (vol. 2).

<sup>15</sup> BEAUVOIR, 2016, p. 503.

destaca-se Mary Wollstonecraft que “viu na educação uma forma de as mulheres conquistarem um melhor status econômico”.<sup>16</sup> Segundo Edla Eggert, em uma de suas teses Wollstonecraft afirma que

O casamento era uma espécie de “prostituição legal”, em que as mulheres eram escravas convenientes e que a única maneira de ser livres era se manter longe do altar. Ao se opor ao matrimônio, ela propôs às mulheres que se livrassem de seus velhos estereótipos emocionais para conquistar um lugar na sociedade.<sup>17</sup>

Da mesma forma, Nísia Floresta, intelectual brasileira, estabeleceu um novo momento para a história da educação das mulheres no país. Ela foi considerada a primeira feminista brasileira e “lutou por uma escola em que a competência intelectual fizesse parte do cotidiano das mulheres”.<sup>18</sup> De acordo com Edla Eggert, para Nísia as mulheres deveriam conquistar o espaço do saber, do conhecimento, ter acesso à vida pública e não só à vida privada. Eggert afirma que “sua crítica era dirigida à sociedade, que insistia em manter uma educação ‘onde a menina aprendia tudo, menos o que pudesse torná-la digna, mais tarde, de ser colocada na ordem da mulher civilizada’”.<sup>19</sup>

Segundo Raquel Silva, às mulheres não era permitido estudar e aprender a ler. Nas escolas, somente lhes eram ensinadas técnicas manuais e domésticas. Esta ignorância lhe era imposta como forma a mantê-las subjugadas, desprovendo-as de conhecimentos que lhe permitissem pensar em igualdade de direitos.<sup>20</sup> Nesse sentido, afirma Margareth Rago:

É bem verdade que a entrada das mulheres nos círculos universitários já vinha produzindo uma certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores.<sup>21</sup>

A inserção das mulheres na educação foi um fato social determinante para a conquista da independência e emancipação na sociedade. Assim, a história da educação das mulheres no Brasil foi estabelecendo novas condições do ser mulher, diferentemente daquela trazida desde o período

<sup>16</sup> EGGERT, 2004, p. 233.

<sup>17</sup> EGGERT, 2004, p. 233.

<sup>18</sup> EGGERT, 2004, p. 235.

<sup>19</sup> EGGERT, 2004, p. 235.

<sup>20</sup> SILVA, Raquel Marques da. *Evolução histórica da mulher na legislação civil*. Disponível em: <<http://ditizio.ecn.br/adv/txt/ehlc.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

<sup>21</sup> RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998.



colonial, quando as mulheres eram educadas para servir e os homens eram educados para assumir a posição de senhor todo poderoso. Quando solteira, a mulher vivia sob a dominação do pai ou do irmão mais velho. Ao casar-se, o pai transmitia todos os seus direitos ao marido, submetendo a mulher à autoridade deste.<sup>22</sup>

A inserção das mulheres no meio acadêmico e no mercado de trabalho vem conduzindo, de forma gradual e lenta, à mudança de pensamento sobre papéis estabelecidos para homens e mulheres na sociedade. Embora ainda hoje seja comum o modelo tradicional de família, em que os homens devem trabalhar e sustentar a casa enquanto as mulheres vivem em função do lar, dos filhos e das filhas e do casamento, já é possível visualizar pequenas e pontuais mudanças. Hoje, as mulheres já possuem outras possibilidades, como estudar se (e o que) quiserem, trabalhar se tiverem vontade e casar se desejarem. No entanto, também é importante destacar que existem permanências nesse processo. Mesmo diante da existência de outras possibilidades, por que a sociedade parece acreditar e cobrar que é preciso se cumprir o que a *priori* é uma condição da existência feminina: “casar” e “ser mãe”?

Nesse contexto de permanências, cabe, todavia, perguntar: Que mulher é esta que tem a possibilidade de escolha sobre sua vida? Todas possuem acesso à educação, ao trabalho? A decidir casar ou não, ter filhos e/ou filhas ou não? Essas situações permeiam uma questão de classe? Embora as conquistas do movimento feminista tenham trazido avanços na inserção de mulheres na educação e no trabalho, na possibilidade de escolha de casar, ter ou não filhos e/ou filhas, a desigualdade social é um elemento cada vez mais presente e se torna algo contraditório na busca por igualdade de direitos, mesmo entre mulheres, pois existem diferenças de oportunidades e escolhas entre mulheres de diferentes classes sociais, etnias e raças. Por isso, segundo Mary Del Priore, “ao estudar a condição feminina, não se pode ter a ingenuidade de crer numa solidariedade de gênero, acima de diferenças de raça, credo e segmento econômico”.<sup>23</sup>

O feminismo, independentemente de suas distinções ou filiações teóricas e políticas, tende a ser considerado como o movimento de lutas coletivas de mulheres que buscam igualdade de direitos (sociais, políticos, econômicos, entre outros) em todos os planos da existência. Esta luta se apoia no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e que essa opressão não está inscrita na natureza, colocando a possibilidade política de sua transformação. Dessa forma,

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos

<sup>22</sup> SILVA, 2017.

<sup>23</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 22.

hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade.<sup>24</sup>

Portanto, esse novo cenário que retrata a transformação dos papéis sociais das mulheres provocou reformulações nas relações sociais, na família, no trabalho e em outros âmbitos. Sem dúvida, essa dinâmica refletiu nas mulheres a busca por outras condições de vida e o desejo de serem independentes, se firmarem como sujeitos livres da influência da cultura patriarcal e ter as suas individualidades.

Na contemporaneidade, algumas tradições vêm sofrendo reformulações a partir da produção de mudanças significativas. Observam-se a formação de novas configurações e uma diversidade de pensamentos e formas de ser mulher. Houve conquistas importantes, como a entrada de mulheres em maiores proporções no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade, mas há questões que ainda persistem. Afinal, existe um *ethos* semelhante entre o estilo de vida de mulheres que rompem com as constâncias históricas que sustentam a sociedade em torno da maternidade e do casamento? Enfim, como se dá a busca por legitimação do ser solteira em uma sociedade que estabelece funções sociais de ser mulher? O que significa ser solteira hoje?

### O estigma social de ser solteira

Para entender as questões que giram em torno do significado de ser solteira hoje, é necessário destacar que as mulheres solteiras, ao longo da história, sofreram com o preconceito e a discriminação. No período do Brasil colonial, acreditava-se que a mulher tinha um papel importante e bem definido na sociedade que se formava: esposa e mãe, de preferência com muitos filhos e filhas, e aquela não se adequasse a este modelo passaria a ser malvista perante a sociedade. O corpo e a sexualidade das mulheres eram altamente vigiados. Dizia-se que uma mulher que não usufrísse de uma vida sexual regrada (dentro do casamento) poderia sofrer com doenças terríveis: melancolia, histeria, ninfomania, febres e achaques.<sup>25</sup> Priore destaca que as “solteiras do mundo, vítimas ou metáfora para o desregramento, viviam no avesso das mulheres que alegavam honra, recato e honestidade, como faziam as boas e virtuosas mulheres”.<sup>26</sup> Segundo Ronaldo Vainfas,

À mulher solteira que, convém esclarecer, não possuía o significado que hoje lhe atribuímos de mulher não casada. Solteira era a mulher desimpedida, livre, sem proteção de família ou marido, passível de envolver-se em quaisquer relações amorosas ou sexuais.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> ALVES; PITANGUY, 1995, p. 9.

<sup>25</sup> DEL PRIORE, 2009.

<sup>26</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 34.

<sup>27</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 60.

Segundo o autor, essa vinculação se estendia também a outras realidades fora do Brasil, como na Espanha, onde “soltera era mulher suspeita de viver desregradamente”.<sup>28</sup> Em Portugal, solteira era “a mulher que nunca casou, mulher que não tem marido, mulher pública, quase sinônimo de meretriz, ainda que sem conotação profissional”.<sup>29</sup>

Para as mulheres havia poucas alternativas. Se não fossem casadas e, portanto, honradas, seriam classificadas como prostitutas ou como solteironas enrustidas. No Brasil colonial, onde os casamentos misturavam-se a concubinatos e amancebamentos, a rejeição a celibatárias – termo empregado para mulheres que não constituíram casamento – que viviam fora de ligações institucionais ou consensuais era frequente.<sup>30</sup>

A desigualdade dogmática imposta pela Igreja entre o homem e a mulher casados estendeu-se às mulheres, que se dividiam entre certas e erradas. Assim, tanto as casadas quanto as solidamente concubinadas confinavam-se mais à família e à casa, para diferenciarem-se da outra, solteira e mundana, que ‘usasse mal de si’. O discurso sobre o perigo e os pecados das luxuriosas permitiu um melhor confinamento da mulher enquadrada e um maior isolamento daquela desregrada, valorizando o papel do casamento como mediador entre umas e outras.<sup>31</sup>

A mulher “solteira” era aquela que não contava com a proteção do pai ou marido. Com esta mulher, acreditava-se popularmente, os homens poderiam manter relações sexuais esporádicas e não havia pecado. Isto revela a situação socialmente desprotegida em que ficava uma mulher que porventura não estivesse “tutelada” por pai ou marido.<sup>32</sup>

Esta é uma nuance da histórica expressão “mulher solteira”. Percebe-se como o seu uso carrega toda uma semântica, própria de seu tempo. Em uma sociedade em que as mulheres nasciam, cresciam e casavam para ter filhos e filhas, a *donzelona* era aquela que não cumpria as regras, que se colocava fora do lugar certo, que havia falhado. E tudo isso, com tanta discrição, que era como se não existissem. Quanto mais idade, pior. Uma mulher de 30 anos era considerada moça velha e, portanto, não mais plausível de ser amada. “Não sendo capaz de inspirar um casamento, ela também não impunha respeito. A partir dos 22 anos, quem não casava era estigmatizada como ‘moça-velha’”<sup>33</sup>. Segundo Vainfas,

Era fato corriqueiro o casamento de moças com menos de 20 anos, e raríssimo o de mulheres com mais de 30; após os 14 anos as meninas não mais eram vistas como ‘raparigas’, e chegando aos 40, fossem ou não casadas, eram tidas como velhas.<sup>34</sup>

<sup>28</sup> VAINFAS, 1989, p. 60.

<sup>29</sup> VAINFAS, 1989, p. 61.

<sup>30</sup> DEL PRIORE, 2009.

<sup>31</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 26.

<sup>32</sup> VAINFAS, 1989, p. 122.

<sup>33</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 112.

<sup>34</sup> VAINFAS, 1989, p. 122.



No sertão nordestino, as moças sofriam pressão da sociedade para casar-se “entre os 15 e 18 anos, pois se passasse dos 25 anos sem se casar seria considerada ‘moça velha’, ‘moça que tinha dado o tiro na macaca’, ou ainda moça que chegara ao ‘carito’”.<sup>35</sup> A sociedade era cruel com essas mulheres: elas se tornavam alvo de zombarias e desprezo.

Com o tempo escorrendo na ampulheta da vida, elas davam adeus ao riso, às brincadeiras, aos amantes sonhados e à beleza. Muitos juristas concebiam o celibato como um estado indecente. E os médicos, a porta aberta para uma grave doença: a histeria.<sup>36</sup>

Durante todo o Brasil colonial, evidenciava-se à mulher a figura de esposa. O seu valor perante a sociedade estava intrinsecamente vinculado à honestidade, que deveria ser expressa pelo recato, pelo exercício das funções de mulher do lar e pelos inúmeros filhos e filhas que presentearia ao marido. Uma vez casada, deveria se enquadrar à sua função: “mulher-casada, para ser vista somente pelo marido”.<sup>37</sup>

No fim do século 19, com a instauração da ordem burguesa, a modernização e a higienização do Brasil, e o advento da corrente filosófica positivista, outro ideário passou a ser posto juntamente com a pressão social ao casamento: a idealização do ser mãe, pois esta era uma missão civilizadora das mulheres. As ideias positivistas contribuíram para a reprodução dos discursos homogeneizadores dos papéis femininos reafirmando a ideia de que “ser mãe era o papel mais sublime que uma mulher poderia desejar”.<sup>38</sup> Dessa forma, “a mulher ideal era uma filha obediente, esposa dedicada, mãe exemplar e, quando pobre, trabalhadora virtuosa”.<sup>39</sup>

As primeiras décadas da República foram de intensa vigilância sobre o comportamento das mulheres. “O fantasma da prostituição era utilizado com frequência, para lembrar-lhes de que não deveriam fugir à conduta que delas era esperada”.<sup>40</sup> Nesse período, o celibato passou a ser associado ao feminismo, que, por sua vez, era ligado à feiura e à masculinização.

No entender da imprensa da época, quem não era agraciada com beleza física suficiente para se casar vingava-se aderindo aos movimentos de emancipação. O medo da mulher inteligente, preparada, da que lia ou escrevia era visível. A emancipação era percebida nos mais diversos setores políticos e sociais como ameaça à ordem estabelecida e ao domínio masculino.<sup>41</sup>

<sup>35</sup> FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 241-277.

<sup>36</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 171.

<sup>37</sup> FALCI, 2015, p. 269.

<sup>38</sup> PEDRO, Joana Maria. Mulheres do sul. In: PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 279-321.

<sup>39</sup> PEDRO, 2015, p. 299.

<sup>40</sup> PEDRO, 2015, p. 304.

<sup>41</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 35.



Era algo comum na imprensa a veiculação de imagens femininas idealizadas, contrapondo-se com frequência às qualidades femininas ideais (meiga, frágil, amorosa) às que eram consideradas perigosas ( vaidade, futilidade e traição).<sup>42</sup> E, assim, as mulheres carregavam consigo os efeitos de uma ordem social injusta e discriminatória, tendo em seu cotidiano que conviver com normas sociais restritas aos papéis de esposa, mãe e dona de casa.

A identidade sexual e social das mulheres moldava-se para atender a um sistema de dominação familiar e social. “Mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração. [...] Afinal, pureza era fundamental para a mulher, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era o exemplo”.<sup>43</sup> O marco da modernidade e os valores burgueses consolidaram o modelo familiar patriarcal, no qual a maternidade surgiu como uma invenção ficcional reificando a imagem da família nuclear e da mulher reprodutora.

A revolução sexual dos anos 70 e a crescente atuação das mulheres nas arenas públicas, sobretudo nos espaços relacionados à cultura, educação, política e ao mercado de trabalho, foram importantes para as mudanças ocorridas no cenário das desigualdades de gênero, bem como para a conquista da defesa e ampliação dos direitos das mulheres. A independência financeira abriu uma série de possibilidades antes impensáveis, como, por exemplo, ter a possibilidade de optar em estar em um relacionamento ou não. As mulheres podiam se divorciar, abrindo mão de um casamento que não lhes trouxesse felicidade. Ou simplesmente não se casar ou não ter filhos e filhas, em nome de uma vida mais livre ou mesmo da carreira.<sup>44</sup>

E hoje, que papel as mulheres solteiras e sem filhos e filhas exercem na sociedade contemporânea? Segundo pesquisa realizada por Eliane Gonçalves, a mídia, através de “polarizações contrastivas”,<sup>45</sup> apresenta a imagem estereotipada da “solteira do passado”.<sup>46</sup> Segundo a autora, as novas solteiras são caracterizadas como mulheres independentes, estudadas, malhadas, inteligentes, bem-sucedidas, viajadas, elegantes, com vida social intelectualmente inquieta, que vivem em grandes centros urbanos, geralmente bonitas, extremamente exigentes e que se dizem felizes. Essas novas solteiras estariam colhendo os frutos das conquistas do movimento feminista. Mas, mesmo após avanços, progressos e conquistas, as mulheres continuam “pressionadas a arrumar um marido”.<sup>47</sup> Trata-se da permanência da imagem

---

<sup>42</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 362-399.

<sup>43</sup> SOIHET, 2015, p. 390.

<sup>44</sup> GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres só” no Brasil contemporâneo*. 2007. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007, p. 72.

<sup>45</sup> GONÇALVES, 2007, p. 72.

<sup>46</sup> GONÇALVES, 2007, p. 72.

<sup>47</sup> GONÇALVES, 2007, p. 73.

de uma mulher “idealizada da mãe como símbolo do eterno feminino”.<sup>48</sup> Dessa forma, o estigma social internalizado pressiona as mulheres na direção de sua realização.

Hoje, o modo de vida das mulheres solteiras tem muito em comum com as de outrora. Boa parte dos estereótipos permanecem. Segundo Gonçalves,

Apesar das mudanças que permitiram às mulheres independentes sem filhos uma existência menos carregada de preconceitos, o ditado “mulher sem homem é mulher sem nome”, se já não impera inequívoco, ainda ecoa no imaginário de muitos, atualizado pela não realização do destino de mulher (a maternidade).<sup>49</sup>

A situação atual em torno do estigma de ser solteira não mudou muito, pois aquelas que não têm um companheiro ainda são vistas com maus olhos pela sociedade. Em um contexto marcado por relações de poder que se sobrepõem (econômico, familiar, sexual, de gênero), as mulheres solteiras, aparentemente, não se distinguem de outras mulheres igualmente escolarizadas e profissionais, exceto pelo estatuto conjugal, ter ou não um par e não ser mãe. No entanto, em muitos sentidos, elas são “diferentes”, pois suas escolhas e decisões no curso da vida apontam para dimensões tratadas com ambiguidade pela sociedade, como o gosto pela independência, sentir-se livre, o “si mesma” como projeto. Se as percepções sobre o casamento funcionam como estratégia explicativa para a “condição” das mulheres solteiras e sem filhos e filhas, ao opor seus caminhos percorridos às expectativas sociais, a família organizada nos moldes do casamento parece funcionar como lugar simbólico da normalidade.<sup>50</sup>

De acordo com Foucault, dispositivo de poder é uma rede que se pode estabelecer entre elementos discursivos ou não, desvelando um jogo paradoxal estabelecido entre sujeitos e normas, revelando as sedimentações e as fissuras constituintes. Isso reflete um conjunto de saberes operando a partir de práticas de poder sobre os corpos, o sexo e a sexualidade das mulheres.<sup>51</sup> Nesse sentido, é possível pensar a realidade de mulheres solteiras a partir das fissuras, ou seja, de como as mulheres criam espaços de agência e campos de possibilidades diante dos discursos religiosos no âmbito familiar e como esses discursos operam nas inter-relações sociais.

Se os corpos foram disciplinados conformando uma matriz heteronormativa, é necessário pensar possibilidades para além de normas preexistentes no intuito de libertar-se dos cativeiros<sup>52</sup> aos quais são postos e que os reduzem. Que lugares ocupam essas mulheres que não se casaram e nem projetam ter filhos e filhas? Estariam fadadas ao estigma e à discriminação?

<sup>48</sup> GONÇALVES, 2007, p. 212.

<sup>49</sup> GONÇALVES, 2007, p. 219.

<sup>50</sup> GONÇALVES, 2007, p. 220.

<sup>51</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

<sup>52</sup> LAGARDE, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed., México: UNAM, 2005.



A imposição social do casamento e a constituição de família (com filhas e filhos) recaem sobre as mulheres como uma norma a ser cumprida para se ter um lugar social valorizado. Defende-se que para ser uma mulher realizada, completa e responsável, é necessário cumprir com essas “obrigações”. No entanto, no contexto das sociedades atuais, as regras, os valores e os comportamentos vêm sofrendo algumas rupturas a partir da emergência e visibilidade de outras formas de relações, identidades e formas de viver. Casar, ter filhas e filhos e constituir família já não são mais as únicas opções que as mulheres possuem, podendo trilhar outros caminhos, fazer outras escolhas.

### **Considerações finais**

Durante um período considerável de tempo, as mulheres estiveram restritas ao espaço doméstico, tendo cerceado o seu direito de interagir nos espaços políticos e nas questões sociais. Esse aspecto se deveu principalmente ao lugar de cuidadora ocupado por elas na sociedade. Essa atribuição feminina contribuiu e contribui para uma separação fundamental entre os sexos nas esferas pública e privada, e entre as “escolhas” de trabalho remunerado e não remunerado. Nessa dicotomia de espaços e funções sociais foram destinados aos homens os espaços públicos e as atividades produtivas remuneradas, e às mulheres, os espaços privados e as funções reprodutivas.

Partindo da hipótese inicial, esse estudo evidenciou que, após conquistas sociais do movimento feminista, como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho, as mulheres na sociedade contemporânea têm mais liberdade de fazer o que julgam certo para a sua vida. Muitas vezes, um casamento, filhos e filhas não são conciliáveis para aquele momento que elas estão passando. No entanto, ainda há muita pressão da sociedade, pois os trinta anos parecem ser a data-limite que muitas mulheres estabelecem para ter marido, casa e pelo menos o primeiro filho ou a primeira filha. Porém, ao chegarem nessa idade, identificam que não fecharam o ciclo para atender principalmente às expectativas e pressões externas e internas, e percebem que ao longo da vida seus valores foram moldados por normas culturais tradicionais e então passam a se dedicar integralmente à sua vida, postergando questões como casamento e filhos e filhas.

Para tanto, é preciso se questionar o porquê se torna difícil a relação entre carreira profissional, casamento e maternidade para as mulheres, onde se faz necessária uma reconfiguração do significado desses papéis, para que não sejam possibilidades de escolha de um em detrimento de outro. Portanto, são necessárias mudanças nas condições de trabalho no contexto capitalista, desvendando os processos sociais, econômicos e políticos que estão por trás desse processo, possibilitando às mulheres o trabalho, o casamento e a maternidade sem que elas carreguem o peso da escolha e das responsabilidades unilaterais.



Das discussões apresentadas, extraem-se alguns questionamentos que podem ser subsídios para pesquisas futuras e contribuir, em alguma medida, para a superação de uma sociedade sexista, machista e androcêntrica para uma sociedade com justiça de gênero, igualdade social e acesso às oportunidades.

## Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros passos; 20).

BEAUVOIR, de Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. (vol. 2).

DEL PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: UNESP, 2009.

EGGERT, Edla. domÉSTICO: espaços e tempos para as mulheres reconhecerem seus corpos e textos. STROHER, Marga J. DEIFELT, Wanda. MUSSKOPF, André S. (Orgs.). *À flor da pele: ensaios sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary.(Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GONÇALVES, Eliane. *Vidas no singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo*. 2007. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

HOFMANN, Heidi. *A bioética na discussão feminista internacional*. Tradução Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2008.

JOAQUIM, Teresa. Criação de Humanos e/ou de conceitos a questão da maternidade n'O Segundo Sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 12, 1999.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed., México: UNAM, 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero: um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 11, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.



SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 16, 2001.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 03, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. Nova York: Columbia University Press. 1989.

SILVA, Raquel Marques da. Evolução histórica da mulher na legislação civil. Disponível em: <<http://ditizio.ecn.br/adv/txt/ehlc.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

[Recebido em: maio de 2018/  
Aceito em: julho de 2018]